

Req	uerimento no)	/2024

REQUERIMENTO

O Vereador José Manoel de Lima, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, requer a **Mesa Diretora** o que cito abaixo.

Considerando os últimos atos realizados nessa casa, É com grande tristeza que vemos o que está acontecendo, um presidente que atropela as decisões do plenário como se fosse um ditador.

Considerando que os fatos apontados no relatório da CPI são graves <u>indícios de</u> <u>crimes e ainda atos de improbidade administrativa</u> cometidos em tese pelo vereador CICERO COSMO DA SILVA

Considerando a anulação da votação do plenário em relação a cassação do vereador Capilé, entendo que Santa Cruz do Capibaribe merece uma resposta a altura de tudo o que aconteceu.

Considerando que o Código de ética prevê em art. 26, o seguinte:

Art. 26 – A aplicação das penalidades de suspensão temporária do exercício do mandato, de no máximo 30 dias, e de perda do mandato são de competência do Plenário da Câmara de Vereadores, que deliberará em votação nominal igual ou superior a 2/3 (dois terços) dos seus membros desimpedidos para votar sobre a matéria, por provocação da Mesa Diretora ou de Partido Político representado na Câmara, após processo disciplinar instaurado pela Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, na forma deste artigo.

VIII — O processo, a que se refere este artigo, deverá estar concluído dentro em sessenta dias, contados da data em que se efetivar a notificação do representado. Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia ainda que sobre os mesmos fatos.

Diante do exposto formulo nova denúncia em face do vereador Cicero Cosmo da Silva pelos fatos apurados no relatório da CPI, que indicaram a ocorrência de crimes e de atos de improbidades, notadamente pela não observância da legislação aplicada, onde ele assinou aditivos contrariando a lei, elevando assim o custo da obra muito além daquele previsto inicialmente, para que ele responda na forma regimental na comissão de ética. Aponto como elementos de prova o relatório da CPI que já é conhecido dos pares com ampla divulgação no site da câmara e disponível a qualquer cidadão. Sendo assim requeiro que essa nova denúncia seja



remetida a comissão de ética, devendo o relatório da CPI fazer parte integrante da denúncia.

JUSTIFICATIVA

A presente solicitação tem como objetivo dar continuidade aos trabalhos de fiscalização iniciados em 2021 quando assumi o cargo de vereador nesta casa de leis, e entendo que Santa Cruz do Capibaribe merece uma resposta à altura de tudo o que aconteceu sobre o caso exposto.

JOSÉ MANOEL DE LIMA Vereador - União Brasil